



CÂMARA MUNICIPAL - MOCOCA -		
PROTOCOLO		
NÚMERO	DATA	RÚBRICA
1247	25/05/23	

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

Of. nº455/2023

Mococa, 25 de Maio de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Pelo presente, com nossos cordiais cumprimentos, e com fundamento no artigo 39 da Lei Orgânica do Município, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência, o Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre a organização dos serviços de transporte público coletivo de passageiros do Município de Mococa.

Por se tratar de legislação que dispõe, também sobre a concessão de serviço público, a mesma deve ser regulada por meio de Lei Complementar, como determina o artigo 30, VII, da Lei Orgânica Municipal.

Pois bem, o Projeto de Lei Complementar em questão é fruto de um rigoroso estudo que envolveu a participação de diversas Secretarias Municipais e análise de modelos de transporte coletivo executados em outros municípios do porte de Mococa. Ao final, chegou-se ao presente texto que, respeitosamente, entendeu-se como sendo o mais apropriado para nossa cidade.

Trata-se de tarefa extremamente difícil e delicada, vez que a concessão deste serviço, em regra, é dado por longos períodos de tempo, razão pela qual, não há margem para suposições ou preposições equivocadas que podem comprometer a normalidade dos serviços disponíveis aos usuários.

A urgência na aprovação do presente Projeto de Lei se deve ao fato de que há necessidade de início do processo licitatório para a concessão do serviço de transporte público coletivo, cujos estudos, se iniciaram há algum tempo e demandaram relevantes esforços para sua definição, tudo em razão de sua complexidade e atendimento às regras de mobilidade urbana, atenção às necessidades especiais e preocupação com o meio ambiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

Respeitosamente, renovamos nossos protestos de mais
elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

EDUARDO RIBEIRO
BARISON:15864648
841

Assinado de forma digital por
EDUARDO RIBEIRO
BARISON:1586464841
Data: 2023.05.25 11:59:03 -0300

EDUARDO RIBEIRO BARISON
Prefeito Municipal

Exmo. Sr.
GUILHERME DE SOUZA GOMES
Presidente da Câmara Municipal
Mococa, SP



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 024, DE 25 DE MAIO DE 2023

Altera a Lei Complementar nº 528 de 11 de setembro de 2019, que autoriza a concessão do serviço público de transporte coletivo no Município de Mococa.

EDUARDO RIBEIRO BARISON, Prefeito Municipal de Mococa, Estado de São Paulo,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Mococa, em Sessão Ordinária realizada em no dia ____ de ____ de 2023, aprovou Projeto de Lei Complementar nº 024 /2023, de autoria do Sr. Prefeito Municipal de Mococa, Eduardo Ribeiro Barison e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei Complementar altera os artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 8º, 17, 18, 21, 22, 27, 28, 37, 38 e 41 e acrescenta os artigos 3º-A, 3º-B, 3º-C e 30-A, na Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019.

Art. 2º. O artigo 1º da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. O serviço público de transporte coletivo de passageiros no Município de Mococa será prestado nos termos da Lei Federal nº 12.587/12.

Parágrafo único. Os serviços de transporte coletivo de passageiros intermunicipal e interestadual, de característica rodoviária, suburbana ou seletiva, deverão ser autorizados e terão seus itinerários dentro dos limites



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

territoriais do Município de Mococa, devidamente aprovados pela Prefeitura Municipal de Mococa.

Art. 3º. O artigo 2º da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Os serviços de transporte público coletivo têm caráter essencial e terão tratamento prioritário no planejamento do sistema viário e na organização da circulação.

Art. 4º. O artigo 3º da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. A execução de qualquer modalidade de serviço de transporte coletivo de passageiros no âmbito da competência municipal, sem autorização do Município, independentemente de cobrança de tarifa, será considerada ilegal e caracterizada como serviço clandestino, sujeitando o infrator às penalidades previstas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. A operação de linhas intermunicipais e interestaduais, sem a respectiva autorização do órgão competente, caracterizará a prestação de serviço clandestino de transporte, sujeitando o operador às penalidades previstas nesta Lei Complementar.

Art. 5º. O artigo 4º da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. Compete à Secretaria Municipal de Serviços



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

Públicos a gestão do sistema de transporte público coletivo, cabendo para isso, dentre outras, as seguintes atribuições:

I - formular e implementar a política global dos serviços de transporte coletivo, incluindo a sua permanente adequação às modificações e necessidades do Município e à modernização tecnológica e operacional;

II - articular a operação dos serviços de transporte coletivo de passageiros com as demais modalidades dos transportes urbanos, municipais ou regionais;

III - promover processo de licitação para outorgar a concessão, para exploração dos serviços de transporte público coletivo, nos termos da legislação vigente;

IV - aplicar penalidades e medidas administrativas pelo não cumprimento das normas reguladoras do sistema de transporte coletivo;

V - auxiliar no desenvolvimento e implementação da política tarifária para o sistema de transporte coletivo, incluindo estudos dos modelos e das estruturas tarifárias de remuneração da prestação dos serviços, estudos de custos para orientação ao Poder Executivo Municipal na fixação das tarifas, e aplicação das tarifas determinadas, com o objetivo de garantir o equilíbrio econômico e financeiro do sistema;

VI - elaborar estudos, planos, programas e projetos para



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

o sistema de transporte coletivo, bem como participar da elaboração de outros que envolvam esse sistema;

VII - elaborar, desenvolver e promover o aperfeiçoamento técnico e gerencial dos agentes envolvidos direta ou indiretamente na provisão dos serviços de transporte coletivo, incluindo programas de treinamento, campanhas educativas e de esclarecimento e outros; e

VIII - estimular o aumento da produtividade, a qualidade da prestação dos serviços e a preservação do meio ambiente.

Art. 6º. O artigo 5º da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a exploração do sistema municipal de transporte público coletivo, mediante concessão precedida de licitação pública, nos termos das Leis Federais nºs 8.987/95 e 12.587/12, na Lei Orgânica do Município de Mococa e nesta Lei Complementar.

§1º. A exploração de que trata o caput deste artigo deverá ocorrer mediante prévio procedimento licitatório, que obedecerá às legislações Federal, Estadual e Municipal, aplicáveis e, fundamentalmente, aos princípios constitucionais e legais, em especial, da isonomia, garantia de proposta mais vantajosa para a Administração, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo.

§2º. O prazo da concessão de que trata este artigo será definido conforme estudos técnicos que embasarão o edital da concorrência pública.

§3º. O edital poderá prever que o prazo da concessão poderá ser prorrogado por uma única vez, mediante interesse da Administração, através de Termo Aditivo, desde que:

I - exista manifestação escrita da operadora sobre o interesse na prorrogação, com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data do término do prazo inicial; e

II - os serviços estejam sendo prestados a contento, em atendimento às metas de qualidade previstas no edital da concorrência pública.

§4º. Em caráter de emergência e a título precário, fica o Poder Público autorizado a utilizar-se de outros instrumentos jurídicos válidos para a delegação do serviço de transporte coletivo público, até que se restabeleça a situação de normalidade.

Art. 7º. O artigo 6º da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º. O Poder Concedente publicará, previamente ao edital de licitação, ato justificando a conveniência da



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

outorga de concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.

Parágrafo único. O edital de licitação será elaborado pelo Poder Concedente, observados, no que couber, os critérios e as normas gerais da legislação própria sobre licitações e contratos e nas Leis Federais nºs 8.987/95 e 12.587/12.

Art. 8º. O artigo 8º da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, com a seguinte redação:

Art. 8º. Os estudantes da rede pública de ensino e de escolas particulares, de cursos oficiais, terão direito à concessão de passe escolar ao custo de 50% (cinquenta por cento) do valor da tarifa, quando do transporte para a instituição de ensino e seu retorno, desde que o crédito tarifário tenha sido adquirido diretamente pelo beneficiário da isenção tarifária ou por seu representante legal.

Parágrafo único. O desconto previsto no caput não se aplica a créditos tarifários adquiridos por terceiros não previstos no dispositivo, os quais terão que arcar com a tarifa integral.

Art. 9º. O artigo 17 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17. A política tarifária deverá ser orientada pelas diretrizes elencadas no art. 8º da Lei Federal nº 12.587/12, ficando facultado ao Poder Executivo zerar ou fixar o valor da tarifa pública em valores inferiores,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

visando sempre a modicidade tarifária e a universalização do serviço.

Art. 10. O artigo 18 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 18. Os regimes econômico e financeiro da operação do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo ato convocatório e contrato, devendo observar o disposto na Lei Federal nº 12.587/12.

§1º. A remuneração da prestação do serviço de transporte público coletivo deverá ser constituída pelo preço público cobrado do usuário pelos serviços somado à receita oriunda de outras fontes de custeio, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado ao usuário por operador público ou privado, além da remuneração do prestador.

§2º. A apuração da remuneração da operadora para o cálculo do déficit ocorrerá mediante a atualização mensal da Planilha de Custos da proposta vencedora, conforme condições estabelecidas no instrumento convocatório e respectivo contrato.

§3º. Em razão do princípio da modicidade tarifária, o valor da tarifa pública deverá ser inferior ao do efetivo custo do serviço em razão do caráter social.

§4º. O preço público cobrado do usuário pelo uso do transporte público coletivo denomina-se tarifa pública, sendo instituída por ato específico do Poder Executivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

§5º. A existência de diferença a maior entre o valor do custo da prestação do serviço de transporte público de passageiros e a receita com a tarifa pública cobrada dos usuários denomina-se superavit tarifário.

§6º. Para aferição da existência de déficit ou superávit, deverá ser procedida mensalmente a atualização da planilha de custos da proposta vencedora na licitação, com atualização do valor dos insumos e dos dados operacionais.

§7º. Serão consideradas receitas da concessionária os créditos vendidos antecipadamente utilizados ou não, sendo que no termo do contrato caberá ao Município arcar com a migração dos mesmos à nova operadora.

§8º. O Poder Concedente poderá fixar vários níveis tarifários, em razão do caráter social da utilização do serviço, privilegiando a aquisição de créditos eletrônicos.

Art. 11. O artigo 21 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 21. O estabelecimento de novos benefícios tarifários ou gratuidades para o sistema de transporte coletivo, adicionais àqueles elencados nos artigos 7º, 8º e 9º desta Lei Complementar, somente poderão ser concedidos por meio de legislação específica, com indicação da respectiva fonte de custeio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 12. O artigo 22 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 22. Os beneficiários indicados no artigo 7º desta Lei Complementar, para fazerem jus ao benefício, deverão, obrigatoriamente, se cadastrar na concessionária, a qual deverá contar, na prestação de seus serviços, com sistema de bilhetagem eletrônica com reconhecimento biométrico dos mesmos.

§1º. A empresa concessionária ficará responsável pela emissão de cartão de acesso de identificação dos passageiros beneficiados com isenção tarifária, total ou parcial, com identificação biométrica.

§2º. O cadastro para idosos com mais de 65 (sessenta e cinco) anos é facultativo.

§3º. Os beneficiários de gratuidade tarifária deverão, ao embarcarem nos veículos, fazerem prova ao condutor de seu direito à gratuidade, apresentando seu cartão de acesso fornecido pela concessionária e documento de identidade com foto, na hipótese de ser inviável, por qualquer motivo, o reconhecimento biométrico.

Art. 13. O artigo 27 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 27. A frota vinculada à prestação dos serviços durante a execução do contrato de concessão deverá ter idade máxima de 10 (dez) anos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 14. O artigo 28 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 28. A concessionária deverá dispor de reserva técnica mínima correspondente a 10% (dez por cento) da frota principal, inclusive com veículos com características de acessibilidade para deficientes.

Art. 15. O artigo 37 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 37. As empresas de transporte coletivo que operam no Município ficam obrigadas a disponibilizar aos usuários "tabela informativa do serviço de transporte público coletivo" constando a frequência do horário de circulação da linha, informando os horários de início e término estimado das operações e de partida e chegada nos pontos iniciais e finais da linha.

Art. 16. O artigo 38 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 38. Fica determinado que as tabelas informativas do serviço de transporte público coletivo deverão ser disponibilizadas pelo serviço de informações aos usuários, no site da concessionária e da Prefeitura Municipal de Mococa, no aplicativo a ser implantado sob responsabilidade da concessionária e no interior dos veículos de transporte coletivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

Art. 17. O artigo 41 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. As receitas acessórias, provenientes da exploração de propaganda nos veículos, serão consideradas no equilíbrio econômico-financeiro da Concessão, estando, portanto, aplicadas em prol da modicidade tarifária conforme prevê a Lei Federal nº 12.587/12.

Art. 18. Ficam acrescidos os artigos 3º-A, 3º-B e 3º-C na Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, com as seguintes redações:

Art. 3º-A. A prestação de serviço de transporte coletivo clandestino implicará, cumulativamente, nas seguintes penalidades:

I - apreensão e remoção do veículo para local apropriado;

II - aplicação de multa no valor de 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Município de Mococa.

§1º. O infrator estará sujeito ao pagamento dos preços públicos referentes à remoção e estadia do veículo.

§2º. Em caso de reincidência, a multa prevista no inciso II deste artigo será dobrada.

Art. 3º-B. O pagamento de multa não eximirá o infrator de regularizar sua falta.

Art. 3º-C. Das penalidades aplicadas caberá recurso à



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

autoridade superior, com efeito suspensivo, dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da sua notificação ao operador.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 30-A na Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019, com a seguinte redação:

Art. 30-A. A transferência de concessão, do controle societário, eventual fusão, cisão ou incorporação da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a caducidade da concessão.

§1º. Para fins de obtenção da anuência da transferência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá:

I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e

II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.

§2º. Eventual fusão, cisão ou incorporação da concessionária deverão ter anuência prévia do Poder Concedente.

Art. 20. Revogam-se os artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 528, de 11 de setembro de 2019 e a Lei nº 4.908, de 26 de agosto de 2021.

Art. 21. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOCOCA, 25 DE MAIO DE 2023.

EDUARDO
RIBEIRO
BARISON:1586
4648841

Assinado de forma
digital por EDUARDO
RIBEIRO
BARISON:15864648841
Dados: 2023.05.25
11:59:31 -03'00'

Eduardo Ribeiro Barison
Prefeito Municipal